

## AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DE PARCELAS DA POPULAÇÃO TRABALHADORA: A QUESTÃO DA HABITAÇÃO. (1)

Regina Célia Bega dos Santos

A preocupação que originou este trabalho foi a de se entender as formas de crescimento dos chamados "bairros periféricos" das áreas metropolitanas, vinculando essas formas de crescimento às condições de existência dos moradores desses bairros. Dentre essas condições de existência a questão habitacional foi entendida como fundamental.

Desde logo surgiu a pergunta: – "como se coloca a questão habitacional para as parcelas exploradas da classe trabalhadora"? ou ainda, – "como a partir de seus mínguaos salários esta parcela da população consegue pagar pela moradia e continuar sobrevivendo"?

Para chegar a esse entendimento foi realizada uma pesquisa de campo com a população moradora de 4 "bairros periféricos" de Osasco(2) onde foram aplicados 118 questionários: Jardim Novo Osasco, e Jardim Turbíio (no extremo sul do município) e Jardim D'Avila e Jardim Helena Maria (ao norte).(3)

A pesquisa de campo, no qual se baseiam as conclusões apresentadas foi realizada em 1977.

O principal motivo da inclusão, aqui, deste trabalho, historicamente datado, é o de se fazer uma homenagem ao companheiro e amigo José Antonio Ronchezel que participou ativa e afetivamente de sua realização.

O "Zé" foi incansável na pesquisa de campo. Éramos um grupo numeroso para a aplicação dos questionários e nem sempre contávamos com a presença de todos. Houve ocasiões em que até "os maridos" falharam na execução de tarefa. Mas não o Zé! Sempre presente. Chegamos a ir somente os dois enfrentar a barreira no Jardim Helena Maria ou no Turbíio.

Sua afetuosa dedicação sempre me comoveu! E isto transparecia nos seus questionários. Sempre acabava se envolvendo com a família pesquisada, pois era incapaz de não deixar a sua carga efetiva em tudo o que realizava.

Mais tarde, na fase de processamento dos dados, sua contribuição foi valiosa como estagiário no Centro de Computação da USP.

No dia da apresentação da dissertação, dos poucos amigos presentes, ali estava o Zé, com o seu envolvente abraço e profundo olhar a me dar alento e força!

---

(1) Este tema foi extraído da dissertação de mestrado: "Osasco: Migrações, Condições de Vida e Apropriações do Espaço", apresentada ao Departamento de Geografia da F.F.C.L.C.H. - USP em 1983, sob orientação da Pro<sup>a</sup> Léa Goldenstein, a quem quero, comovidamente, agradecer, pois sem o seu dedicado acompanhamento, muito provavelmente, não teria chegado ao término do mestrado. Quero ainda registrar meus agradecimentos ao Prof. Dr. Manoel Seabra, membro da banca examinadora, cujas contribuições tentei incorporar no trabalho aqui apresentado.

(2) Não há grandes justificativas a respeito da escolha de Osasco, a não ser a certeza de que se trata de um exemplo das formas de ocupação nas áreas metropolitanas, já que são os processos econômicos mais gerais que estão na raiz dessas formas de ocupação.

(3) Na ocasião da pesquisa de campo esses 4 bairros representavam os pontos extremos da ocupação no sentido Norte-Sul, já que o sentido Leste-Oeste corresponde ao eixo de circulação mais importante que liga o município, através da Av. dos Autonomistas, a São Paulo e à Carapicuíba. Atualmente muito novos bairros surgiram, principalmente no sentido Sudeste, que é onde ocorrem as maiores possibilidades de expansão em função da existência de vazios em maior quantidade.

Muito obrigada, meu amigo! Obrigada, principalmente, pelo privilégio de ter sido sua amiga! Saudades!!!

## 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A população não é simplesmente uma abstração, nem tão pouco paciente do processo econômico. O modo como vive responde às exigências da acumulação e da reprodução do capital. As suas relações de trabalho, as relações que mantém com o espaço, não são apenas consequências das transformações econômicas.

No capitalismo os indivíduos, divididos em classes sociais, quer queiram ou não, são agentes do processo de acumulação de capitais, até o momento em que o aprofundamento das contradições e da luta-de-classe conduz à construção de outro modo-de-produção.

É através da apropriação da força de trabalho que se dá a acumulação: e a reprodução do capital se amplia, mais e mais, ao se apossar, também das formas de existência dos indivíduos.

Pretende-se com este trabalho contribuir para o entendimento de como sobrevive a população na área metropolitana e de como participa do processo de urbanização, como força de trabalho necessária e excedente para o desenvolvimento da economia.

A análise das formas de inserção no mercado de trabalho é, portanto, fundamental. É a partir dessas formas que se pode entender o “modo de viver” da população estudada, principalmente no que se refere à moradia.

Como lembra Marx, cada modo de produção possui as suas leis específicas de população. (Marx, 1973: 534-535). Sob a dominação do modo capitalista a forma como se compõe a família trabalhadora responde às necessidades imediatas impostas à sua sobrevivência e, concomitantemente e prioritariamente, é determinada pelo avanço deste modo de produção.

As formas como evoluem as forças produtivas, os níveis de acumulação de capital, determinam o grau de exploração a que será submetido o trabalhador que, por sua vez, determinará o número de membros da família que deverão ser lançados no mercado de trabalho (muitas vezes precocemente), a fim de satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência.

Assim, as condições de existência da família trabalhadora, o seu tamanho, o grau de instrução de seus membros, a idade com que começaram a trabalhar, a forma de inserção e a qualidade de inseridos no mercado de trabalho se vinculam ao desenvolvimento deste processo.

A família trabalhadora não pode, assim, ser analisada genericamente, de forma abstrata, como parte de um conjunto populacional. O tamanho médio das famílias, seus índices de mortalidade, natalidade, fertilidade, renda per capita, grau de escolaridade são dados demográficos que se referem à estrutura geral da população e nada significam isoladamente. Não levam à explicação da realidade, porque estão despidos de conteúdo, por não estarem inseridos na totalidade a qual pertencem. Referem-se a uma população abstrata e a quantificações que escondem as profundas diferenciações existentes no seio desta população. O conteúdo destas diferenciações é que precisa ser assimilado, isto é, as contradições existentes entre as diferentes classes sociais, definidas a partir das relações sociais de produção.

A produção da população para o capital significa produção e reprodução da força de trabalho. Esta produção corresponde às necessidades de garantir a extração dos maiores índices de mais valia. Para o capital a população nada mais é do que a sua força de trabalho, “a força de trabalho contudo não é população, mas a capacidade de trabalho de uma população”. (Oliveira, F. – 1977:149)

Contudo, os modos de existência da população, ou as formas como se organizam as famílias não podem, apenas, serem referidas aos aspectos decorrentes das necessidades de reprodução da força de trabalho. Foi utilizado este enfoque na medida em que ele é fundamental para demonstrar como modos específicos de existência são produzidos pela dinâmica do capital. A ressalva é necessária para não se cair no erro de achar que não existem outras explicações que contribuem para o entendimento do real em toda a sua complexidade. Não se pode, também, entender o desenvolver deste processo como funcional para o capital: ele o é, na medida em que auxilia o processo de acumulação. Mas não se pode esquecer que o desenvolvimento do capitalismo é essencialmente contraditório: a mesma força de trabalho necessária para a extração dos índices de mais valia, pode se constituir numa ameaça para a sobrevivência do capitalismo, a partir do momento que adquire a consciência política do seu significado.

Ficará subjacente no trabalho a análise das formas espaciais. O pressuposto é que a população atua, também através de suas formas de existência, na produção das formas espaciais e estas, concomitantemente, atuam nos modos de existência. Como diz Harvey, as formas espaciais "contém processos sociais na mesma medida em que os processos sociais são espaciais". (Harvey, 1979 – pg.3)

É um relacionamento dialético, e não um simples jogo de causa e efeito, que só pode ser entendido através do conceito da totalidade. (4)

As formas espaciais são produzidas pelas relações sociais. A partir dos diferentes modos com que cada classe vai se apropriando do espaço, ele vai adquirindo uma forma a qual influirá, e mais que isso, fará parte das condições de existência da população.

Em síntese, as diferentes classes sociais atuam na organização do espaço – portanto se trata da "organização social do espaço" – e a organização estabelecida age nas condições de vida das pessoas que trabalham, moram ou se relacionam com este espaço.

Trata-se de um interrelacionamento essencialmente contraditório, já que os interesses das diferentes classes sociais que atuam no desenvolvimento desses processos sociais são historicamente conflitantes.

## 2 – A SITUAÇÃO DE TRABALHO NAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA

A análise das condições de existência da população ajuda no entendimento do processo de produção e reprodução da força de trabalho e de seu significado contraditório no avanço do capitalismo.

As formas de sobrevivência da população vinculam-se com a sua situação de trabalho. É por isso que faz sentido a análise da situação de trabalho da população pesquisada.

### 2.1 – As Atividades Exercidas

A maior parte da força de trabalho empregada é formada por trabalhadores especializados e qualificados: tecelões, maquinistas, serralheiros, mecânicos, cozinheiros, sapateiros; e de trabalhadores com pequeno treinamento ou especialização: empacotadores, carteiros, manicures, inspetores de qualidade, auxiliares de escritório, vendedores ou demonstradores. Os trabalhadores com um nível maior de qualificação representam 6,3% da força de trabalho empregada: são os chefes de seção, supervisores e encarregados em geral; os comerciantes, também, foram aí incluídos. Estes diferentes níveis de trabalhadores representam 56% da força de trabalho empregada. Os demais não têm qualquer especialização, são os ajudantes gerais, faxineiros, domésticas, serventes de pedreiro.

(4) O todo é constituído a partir dos diferentes elementos que o compõe e estes só existem porque fazem parte do todo, e que neste sentido os precede. O todo não é, assim, a somatória das partes. "O conceito de totalidade é a expressão do processo na integridade de seu desenvolvimento". (Pinto, A. V. – 1969.)

A maioria (61%) recebe até 2 salários mínimos. Isto justifica o fato da sobrevivência da família se tornar responsabilidade de vários de seus integrantes. Apenas com o salário do chefe é impossível garantir o mínimo necessário. Mesmo assim, 40% das famílias pesquisadas sobrevivem com uma renda familiar de até 3 salários mínimos.

## 2.2 – Os Ramos de Atividades (5)

Os trabalhadores estão distribuídos em igual proporção entre os setores secundário e terciário, principalmente nas indústrias mecânica e metalúrgica, química e farmacêutica, vidros e porcelana, comércio e transporte e armazenagem. A prestação de serviços domiciliares (ocupações domésticas remuneradas), em estabelecimentos fixos (hotéis, restaurantes, barbearias, instituto de beleza), em empresas de prestação de serviços (vigilância e limpeza), em serviços de construção e reparação e as pequenas manufaturas tiveram pequena incidência.

A maioria dos trabalhadores especializados e qualificados participa das atividades industriais, os trabalhadores sem especialização concentram-se no setor terciário (comércio e transporte e armazenagem). Entre os trabalhadores sem especialização predominam, no secundário, os carregadores e os ajudantes em geral e, no terciário, os faxineiros, limpadores de jardins e empregadas domésticas. A maioria dos semi-especializados trabalham em serviços de reparação e/ou construção ou são empacotadores, fiscais, office-boys e auxiliares de escritório. As costureiras trabalham principalmente nas indústrias de confecções; apenas 20% executam serviços no próprio domicílio, para particulares ou indústria de confecções.

Esta predominância de trabalhadores no secundário, exercendo principalmente atividades consideradas qualificadas e especializadas prende-se às transformações ocorridas na economia do país principalmente no seu setor mais dinâmico, o industrial, com a crescente monopolização da economia e o surgimento de um parque industrial altamente tecnificado.

Em Osasco, como em outras cidades de áreas metropolitanas, houve grandes aplicações de capitais nas atividades industriais, principalmente a partir da década de 50. No seu parque industrial estão concentradas importantes indústrias de bens de capital (Ford, Brawn Boverly, Osran, Eternit Cobrasma, Braseixos, entre outras). Uma significativa parcela da força de trabalho do município consegue aí seus empregos, embora contingentes expressivos de trabalhadores tenham seu mercado de trabalho fora do município, principalmente nos bairros industriais do Jaguaré, Leopoldina, Lapa, Barra Funda, servidos pela rede ferroviária, o que facilita a locomoção dos trabalhadores. (Goldenstein, L e Rossini, R. E – 1972).

(5) A distribuição da força de trabalho efetivamente ocupada pelos setores de atividade obedeceu aos critérios de classificação da FIESP adaptados aos resultados da pesquisa, a partir do que foram feitos os agrupamentos. Na indústria de construção e mobiliário foram considerados os trabalhadores efetivamente ocupados nas mesmas. Baseando-se em Paul Singer, em "Força de Trabalho e Emprego no Brasil – 1920-1969". op. cit., as atividades que poderiam ser consideradas tanto como de construção como de reparação de unidades habitacionais foram incluídas em Serviço de Reparação e/ou Construção como sub-setor do terciário. Tal critério também é baseado em Arlete Rodrigues, pois de acordo com a mesma: "A construção de habitação é um dos setores de atividade onde o trabalho é mais racionalizado, mas não ocorre uma generalizada 'industrialização' da construção. A produção de insumos é industrial mas a edificação das moradias não tem ainda uma produção totalmente padronizada. Por outro lado, a habitação é um bem de consumo durável, em que são necessárias, e até indispensáveis, as reformas, pinturas e outras atividades de manutenção."

As oficinas mecânicas, de reparação e a pequena manufatura também foram consideradas como sub-setor do terciário: "Os-trabalhadores de pequena manufatura têm ainda a posse dos instrumentos de trabalho, como a máquina de costura, ou vendem o produto do trabalho como a bordadeira, a doceira. A pequena manufatura é ainda industrial, pois o objeto é ainda produzido manualmente, artesanalmente, mas também não é uma simples prestação de serviços." in Rodrigues, A.M. "Processo Migratório e situação de trabalho da população favelada", Dissertação de Mestrado, F.F.L.C.H-USP, 1981 (mimeo), p. 126 e 128.

### 2.3 – O Desemprego Aberto e Disfarçado

A maior parte da população pesquisada exerce trabalho regular, o que coincide com o fato de ser na maioria assalariada com registro. Apenas 12% da população trabalhadora total exerce trabalho temporário, principalmente em atividades de faxina, limpeza de jardins e outros trabalhos não especializados.

As atividades menos produtivas e “não-formais” são reservadas para as parcelas dos trabalhadores que, ou já têm exauridas a sua força de trabalho, ou são ainda muito jovens. Isto, porém não elimina a possibilidade dos demais trabalhadores exercerem atividades com tais características, dada a abundante oferta de mão-dé-obra.

O trabalhador temporário representa uma das parcelas da força de trabalho “sub-empregada”, nem sempre, porém, está “sub-ocupado”. Pode, quando no exercício de uma atividade, trabalhar mais horas que as regulamentares, mas não deixa de fazer parte do exército industrial de reserva, pois, dada a irregularidade da atividade que exerce, a sua potencialidade é sub-aproveitada. Exerce uma constante pressão sobre o mercado de trabalho e contribui para o rebaixamento salarial em geral e para a elevação de parte do custo de reprodução da força de trabalho a cargo do trabalhador. Como a parcela dos empregados não tem condições de manter a outra fração que se encontra na reserva, esta encontra alternativas de sobrevivência nas fimbrias do mercado de trabalho.

O desemprego aberto representa 4,1% da força de trabalho potencial. Acrescentando os desempregados com atividade, a proporção de desemprego é de 5,2%.

### 3 – A QUESTÃO HABITACIONAL NAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA

Na análise das condições de existência deu-se preferência às condições de moradia, pois estas têm a seguinte particularidade: contribuem para o entendimento do processo de apropriação diferenciada do espaço urbano. Este processo é fundamental na definição de modos de existência específicos. O espaço é dialeticamente produzido, de acordo com a evolução das relações sociais, isto é, vai adquirindo uma determinada forma, de acordo com a apropriação e usos específicos definidos pela estratificação social. As relações espaciais são, assim, um dos aspectos das relações sociais.

As condições de existência são, de um lado, geradas pelas características da inserção no mercado de trabalho, principalmente pelo nível de exploração e, por outro lado – numa simbiose dialética – reforçam estas características. Ao encontrar alternativas de sobrevivência, a partir de seus minguados recursos, as famílias trabalhadoras “permitem” que, estruturalmente, se defina uma política salarial onde o custo de reprodução da força de trabalho, cada vez mais, deixa de ser ônus para o capital e se transforma num encargo para a própria família. Em suma, o preço da força de trabalho pode ser rebaixado, já que foi rebaixado o seu custo de reprodução.

Na questão habitacional a auto-construção é uma das alternativas para a sobrevivência. Diminuindo os custos com a edificação, contribui para aumentar a exploração da força de trabalho, pela utilização de trabalho, não-pago ou super-trabalho. (Oliveira, F – 1972). Isto se coaduna perfeitamente com as formas de expansão do capitalismo no Brasil, pós-anos 30, com a introdução “de relações novas nas arcaicas e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo”. (Oliveira, F – 1972).

Esta expansão decorrente das crescentes inversões de capital estrangeiro no país possibilita a incorporação de uma tecnologia avançada e de elevada produtividade. Como o mercado de trabalho já se caracteriza pelo baixo custo da força de trabalho, este tende a permanecer, pois com a tecnologia poupadora de mão-de-obra o exército de reserva se torna maior. A consequência deste processo é que a concentração de renda se acelera ainda mais.

As diferentes formas de apropriação do espaço urbano, respondendo aos interesses imediatos de sobrevivência daqueles que se apossam deste espaço, são, na perspectiva do capital, repostas às necessidades de reprodução da força de trabalho.

Quando se fala das possibilidades de acesso à habitação para o morador da periferia, faz-se uma generalidade. Quem é este morador? A qual classe social pertence?

Já ficou evidenciado que corresponde, em geral, a trabalhadores assalariados, exercendo na sua maioria atividades que exigem pouca ou nenhuma especialização, embora seja expressivo o contingente, principalmente de chefes de família, que exerce atividades especializadas ou semi-especializadas. Contudo, os níveis salariais predominantes são os mais baixos e em processo de constante deteriorização, tornando esta população cada vez mais empobrecida.

O processo de "perda salarial" já se fez sentir durante a década de 50, acentuando-se pós-1964; mesmo nos anos do chamado "milagre econômico" isto ocorreu, pois a política concentracionista posta em execução era a de "deixar primeiro crescer o bolo, para depois repartir a renda".

Esta parcela da classe trabalhadora, mesmo vendendo a sua força de trabalho, não consegue receber remuneração suficiente para a sua manutenção.

Francisco de Oliveira coloca oportunamente que "a repressão salarial é um fato (...) o superexcedente resultado da elevação do nível de mais valia absoluta e relativa, desempenhará no sistema a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se" (Oliveira, F - 1972 pg. 65); objetiva-se financiar internamente as inversões. Trata-se de um requisito estrutural para, aumentando a taxa de lucro, promover a expansão.

Com o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, a família trabalhadora é obrigada a recorrer a expedientes para garantir a sua sobrevivência, novos membros são incorporados, ainda precocemente no mercado de trabalho, aumenta-se a quantidade de horas trabalhadas, recorre-se a práticas "primitivas de consumo". Todos estes métodos contribuem ainda mais para aumentar a taxa de exploração. E esta exploração é tanto maior, quanto o capital incorpora esses "descontos" obtidos com a sobrevivência da população trabalhadora.

Por isso Engels, na "Questão da Habitação", com relação a uma hipotética região industrial em que o trabalhador possui a sua casa, coloca que "a classe operária desta região está alojada gratuitamente, as despesas com habitação já não entram no valor da força de trabalho deles". (Engels, 1979 pg. 29).

Mesmo possuindo a "casa própria", o trabalhador na realidade paga o aluguel de sua moradia, não por meio de dinheiro, mas sob a forma de trabalho não-pago, que acaba se transformando em capital, pois leva ao aumento das taxas de acumulação.

As habitações acessíveis para a população mais pauperizada localizam-se, em geral, nas áreas periféricas, no sentido locacional, ou mais deterioradas, onde o índice de concentração populacional e do casario, em geral é muito elevado. É uma das maneiras de ter a disposição mão-de-obra abundante a fim de suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Uma das características da paisagem (destas áreas periféricas) é exatamente a alta densidade das habitações num espaço bastante exíguo, um amontoado de casinhas, "grudadas umas às outras". Não se trata, ainda, de favelas, mas se aproximam qualitativamente delas, tanto com relação ao nível de precariedade,

como também pela marcante presença de favelas propriamente ditas nos arredores. Em todas as áreas, contíguas aos quarteirões pesquisados, aparecem as favelas. A diferença fundamental não está na aparência das habitações. Muitas das residências assemelham-se em tudo com os barracos de favela: casas de madeira, tamanho exíguo, sem esgoto ou água canalizada, muitos "barracos" no mesmo lote, uso coletivo do banheiro. A diferença fundamental se refere à posse dos lotes. Os moradores destas "casas" não estão contestando, a partir da moradia, a propriedade privada do solo, como os favelados. Ainda conseguem pagar pelo terreno onde habitam. Imóvel próprio ou alugado, de qualquer forma a renda do solo está sendo retirada. O que não ocorre com a favela, que ocupa um área de propriedade pública ou privada. O aluguel, muitas vezes pago por um barraco de favela, equivale apenas ao pagamento do investimento feito com a sua construção, (Rodrigues, A.M. 1981) já que o aumento da "população de baixa-renda" não se dá apenas pelo crescimento vegetativo e migratório, porque se assim o fosse, os programas de planejamento familiar e de contenção da migração resolveriam a questão. É a pauperização da classe trabalhadora que contribui enormemente para o aumento da "população de baixa-renda".

A crise da habitação é uma das manifestações desse processo. Ela não pode ter solução porque é inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Por mais que se dinamize a construção de casas populares, sempre haverá uma parcela da população criada pela própria dinâmica do capital, que não conseguirá se alojar ou que se alojará precariamente.

O que pode mudar é o tamanho desta população em função do ritmo de acumulação de capital. De qualquer forma, sempre existirá uma parte da população espacialmente segregada. Este é um dos aspectos da segregação social e que só faz agudizar os conflitos entre as diferentes classes sociais.

### 3.1 – Características da Habitação

Esta parcela de classe trabalhadora, para resolver o seu problema de moradia, é obrigada a adquirir ou alugar uma habitação cada vez mais empobrecida, o que como já foi dito contribui indiretamente para rebaixar os níveis salariais e acelerar o processo de concentração econômica.

As características da casa anterior denunciam este processo de empobrecimento: 13,8% das famílias pesquisadas moravam anteriormente em casa de madeira, por ocasião da pesquisa de campo esta porcentagem aumentou para 20%.

A maioria das casas (52%) é própria. A principal motivação para morar nestas áreas é a possibilidade de adquirir ou construir a casa própria (40%). Entre os não-proprietários os motivos relatados foram muito difusos e subjetivos, o que demonstra a dificuldade de se formular concretamente os verdadeiros motivos no processo de ocupação do espaço urbano.

De modo geral (casas próprias ou alugadas) dominam as de alvenaria. Os cortiços (num mesmo lote são construídas várias habitações) são muito frequentes, suas casas em geral são de madeira, e os banheiros de uso coletivo.

A construção de várias casas num mesmo terreno representa uma das alternativas de sobrevivência para os proprietários.

A necessidade de fugir ao pagamento do aluguel é uma das principais motivações que levam à compra de um imóvel: os preços elevados dos aluguéis residenciais acabam forçando, mesmo aqueles que possuem rendimentos muito baixos, a adquirir a propriedade de um imóvel. Para isso, essa população é capaz dos maiores sacrifícios; economizar na alimentação, no vestuário, no lazer, no transporte. Assim que aparece uma oportunidade compra-se um terreno e constrói-se aos poucos uma casinha, ou compra-se uma, semi ou totalmente construída.

Muitos dos proprietários entrevistados assim se referiram a respeito da validade do sacrifício realizado: "quando eu terminar de pagar as prestações estarei morando no que é meu. Pagando aluguel, no final do contrato, só fica um amon-

## Material de construção e condição de propriedade

Material	Condição de propriedade				Total
	Própria	Alugada	Cedida	Pp. em ter. ced.	
Alvenaria	50	31	05	01	87
	57,5 (87,7)	35,6 (75,6)	5,7 (71,4)	1,1 (25,0)	100,0 (79,8)
Madeira	06	10	02	03	21
	28,6 (10,5)	47,6 (24,4)	9,5 (28,6)	14,3 (75,0)	100,0 (19,3)
Alvenaria e Madeira	01	-	-	-	01
	100,0 (1,8)	-	-	-	100,0 (0,9)
Total	57	41	07	04	109
	52,3 (100,0)	37,6 (100,0)	6,4 (100,0)	3,7 (100,0)	100,0 (100,0)

Fonte: Pesquisa de campo/77 (s/informações: 02).

toado de papéis". Além disso, existe sempre a possibilidade, como já foi visto, de se construir outras casas no mesmo lote e alugá-las (6).

O pagamento de aluguel pela moradia representa um pesado encargo para as famílias pesquisadas, já que 40% têm rendimentos mensais equivalentes a até 3 salários mínimos.

Preço do aluguel		% das famílias
1/4 a. 1/2 s.m.	de CZ\$ 280,00 e a CZ\$ 500,00	55,5%
1/2 a. 3/4 s.m.	de CZ\$ 580,00 a CZ\$ 700,00	13,3%
3/4 a. 1 s.m.	de CZ\$ 700,00 a CZ\$ 1.000,00	11,0%
mais de 1 s.m.	mais de CZ\$ 1.000,00	15,8%

Os aluguéis são, em geral, mais altos que a prestação de uma casa em condições semelhantes. A compra de um imóvel passa a ser o sonho alentado pela maioria dos que "moram de aluguel". "Morar no que é seu", mesmo que no início represente uma dívida maior que o pagamento do aluguel, é a ideologia corrente.

A poupança forçada representada pela compra da casa própria, com o uso de parte substancial dos salários, beneficia duplamente a acumulação de capital.

(6) Ver a esse respeito: Bonduki, N. E. Rojnik, R. - *Periferias - Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*, Cadernos de Estudo e Pesquisa, FAU-USP, 1979. Pesquisa realizada em alguns bairros de Osasco, onde também se discute essa problemática.

De um lado, pelo maior dinamismo conferido ao capital imobiliário e, de outro, pelo incremento da superexploração, através da persistência do trabalho não pago, representado pela auto-construção e pelo barateamento do custo de reprodução da força de trabalho.

Entre os proprietários de imóveis, 69% compraram terreno. Predomina a "auto-construção": 22% através do chamado "mutirão-familiar" ou "de amigos", 26% construíram sozinhos e 18% contrataram pedreiro ou empreiteiro. Evidentemente que "o fazer sozinho" é relativo, sempre se conta com eventuais ajudas: assim, metade das habitações foram ou estão sendo feitas através do processo de "auto-construção". Para evidenciar tal fato, basta examinar os dados referentes ao acabamento das casas: apenas a metade se encontra totalmente construída. O processo de construção, principalmente o de "auto-construção" pode ser infundável, pois nele são utilizados os dias de "folga" do proprietário. Além disso, é-se obrigado a interromper inúmeras vezes a "obra" a fim de juntar mais um pouco de dinheiro para a compra de material ou para o eventual pagamento de um servente. Costuma-se para isso esperar o 13º salário, ou forçar a demissão do emprego para utilizar o FGTS.

No Jardim Turbido e em Novo Osasco foram encontrados os maiores percentuais de auto-construção: 62% e 65%, respectivamente. No Jardim D'Ávila, 52% das construções utilizaram-se deste processo e no Jardim Helena Maria 50%, o que não é, porém, uma exclusividade das áreas pesquisadas.

A habitação possui para a família valor de uso, já que é utilizada pelos moradores para resolver o seu problema de alojamento, mas é potencialmente uma mercadoria, possuindo também valor de troca. (7)

A auto-construção intensifica o desgaste do trabalhador, suas energias são consumidas predatoriamente, o que leva a um aumento nas taxas de mortalidade. (Oliveira; F - 1977 pg.140).

A precariedade é um atributo comum à maioria das habitações encontradas: proprietários ou inquilinos, casas de alvenaria ou de madeira. Eis alguns dados a respeito: 20% das casas pesquisadas são de madeira, 43% inacabadas, predominam as residências tipo "quarto e cozinha" (43%), algumas possuem apenas um único cômodo (11%), 32% têm até 30 m<sup>2</sup>, 68% até 40 m<sup>2</sup>. A média por unidade é de 4,8 pessoas, isto dá uma idéia mais real do tamanho destas casas. Não se deve esquecer, no entanto, que estes dados se referem a médias e estas têm o atributo de mascarar ou de amenizar a realidade: encontrou-se residências habitadas por uma única pessoa e outras que abrigavam até 18.

Além destes, outros dados coletados evidenciam até a exaustão o quanto é precária a maioria destas casas. A localização do banheiro é um deles: em quase a metade das residências de alvenarias e em todas as de madeira o banheiro é construído na parte externa.

A rede de água atinge a todos os loteamento pesquisados, porém 30% das casas não fizeram ainda a sua ligação; já a eletricidade é usufruída por quase todos. São poucos os loteamentos no município servidos pela rede de esgotos. Apenas 16% das casas pesquisadas tinham se ligado à rede.

O processo de abertura de loteamentos na periferia dos grandes centros urbanos já é sobejamente conhecido. Existe toda uma "técnica", cuja manipulação leva à valorização dos lotes sem que haja necessidade de grandes investimentos por parte dos empreendedores iniciais. Os primeiros são vendidos por um

(7) "O resultado final deste processo não é apenas a possibilidade de manutenção da alta taxa de exploração da Força de Trabalho no processo produtivo, mas também a produção da casa própria - mercadoria, única instância onde há uma apropriação do produto do trabalho por parte do trabalhador - situação ambígua onde há, ao mesmo tempo, uma não alienação e uma inserção do trabalhador no estrato dos proprietários urbanos, que não deixa de ter implicações de natureza político-ideológica". (Bonduki e Rolnik, op. cit., p. 58).

preço relativamente baixo, antes das obras de infraestrutura. Os demais são colocados no mercado imobiliário posteriormente. Neste processo a valorização dos lotes é realizada às custas dos próprios moradores, que geralmente se reúnem para pleitear as obras de infraestrutura de que necessitam: calçamento, linhas de ônibus, água, luz, escolas, postos de saúde, etc. Paralelamente ao adensamento populacional do novo bairro, surgirão botecos, empórios, padarias, farmácias, enfim, um modesto comércio local para o atendimento das necessidades mais imediatas. Os preços dos lotes vão sendo constantemente reajustados de acordo com os investimentos realizados.

O mercado imobiliário se configura como um negócio altamente rentável, dificilmente se perde o investimento. A constante e crescente valorização dos terrenos praticamente expulsa a primeira população do loteamento. Geralmente são os mais empobrecidos, aqueles que puderem comprar os lotes mais baratos. A abertura de novos loteamentos, mais distantes ainda, é para eles uma oportunidade de auferir uma renda extraordinária, com a venda de seu imóvel mais valorizado e a compra de um terreno em piores condições de localização. A obtenção desta renda pode permitir fazer frente às dificuldades econômicas oriundas da depreciação salarial e também pode representar a oportunidade de construir uma moradia com melhores condições de habitação, embora num bairro pior localizado.

O processo de expulsão também é sentido, e de uma maneira muito mais brutal, pela população não proprietária. Os que pagam aluguel "sofrem" a valorização do solo urbano muito mais rapidamente que os proprietários. A renda diferencial obtida com as vantagens locacionais introduzidas na área é imediatamente incorporada ao preço do aluguel. Impossibilitados de pagar um aluguel cujo valor cresce desproporcionalmente em relação aos aumentos salariais, os inquilinos se vêem obrigados a procurar casas para alugar em áreas menos valorizadas.

Por pior que seja a área, o seu preço também será sempre atualizado. Independentemente do local onde se vai morar, existe o descompasso entre a valorização da terra e os reajustes salariais. Por outro lado, morar em bairros mais distantes significa levar mais tempo nos deslocamentos para o emprego, o que também significa um desgaste suplementar de energia.

A maior parte das construções foram feitas entre 1966 - 1970, ainda assim é significativa a proporção dos que compraram a casa já construída (34%). Dentre estes, a maioria comprou a casa do antigo morador, o que confirma a possibilidade de obtenção de um rendimento suplementar com a venda do imóvel já valorizado. Os dados coletados a respeito do local de moradia anterior demonstram a tendência para habitar áreas cada vez mais longínquas em relação ao mercado de trabalho e aos centros abastecedores. Há outras características não quantificáveis que também realçam a precariedade dos imóveis, como a acentuada declividade da maior parte dos lotes, dificultando as construções e influenciando decisivamente nas suas condições de habitabilidade. Para edificar com segurança nestes terrenos seriam necessários grandes investimentos inacessíveis para esta população. As condições de moradia pode ser ilustrada com o caso de uma "velhinha", mãe de um dos entrevistados que jamais poderá sair de sua casa - um único cômodo de madeira - pois não tem condições de saúde para descer os quase 50 degraus escavados no morro para chegar à rua.

Numa sociedade de classes, o acesso a qualquer bem só pode ser diferenciado, de acordo com a renda de cada um, que é definida conforme a participação no processo produtivo. Contudo, existem diferenças acentuadas baseadas na evolução de cada formação social concreta. Nos países capitalistas avançados - e mesmo para cada um deles há grandes diferenciações - o padrão de vida da classe trabalhadora é reconhecidamente superior. Quando obstáculos estruturais dificultam a manutenção ou a elevação dos níveis de acumulação, é através da superexploração da força de trabalho que se viabilizará o aumento das taxas de lucro.

Este é um dos aspectos da questão, bastante relevante, mas não o único.

A estratificação social e o nível de renda contribuem para definir a qualidade do consumo efetuado, porém os bens ofertados no mercado têm um preço e é este que definirá qual o consumidor que terá acesso a eles.

Com relação a isso, a habitação e o terreno em que ela se assenta são bens "sui-generis".

É flagrante que existe uma crise da habitação, que se relaciona com a evolução da economia. No mercado imobiliário parece que a demanda é sempre maior que a oferta. Seria isso que elevaria os preços dos imóveis a níveis astronômicos?

Uma ponderável parcela da população sequer chega a participar do aqui chamado "mercado imobiliário formal". Porém sempre se precisa "morar". Mora-se debaixo de pontes, de viadutos, em albergues. Esta é uma alternativa para a parcela da população que deixou de participar – temporária ou definitivamente – do processo produtivo. Está realmente à margem da sociedade, podendo ser considerada "lumpem-proletariado", de acordo com a classificação marxista.

Contudo, também entre a classe trabalhadora, uma razoável parcela não tem possibilidade pelos seus rendimentos e pelo preço dos imóveis, de pagar a renda da terra urbana. E ela também precisa "morar". Exatamente por não fazer parte do "lumpem-proletariado", precisa de um lugar que não seja tão irregular. Participa do processo de produção e reprodução do capital e da força de trabalho e para isso é preciso que condições mínimas para repouso e reprodução sejam-lhe garantidas. A favela é uma das soluções encontradas. Essa população disputará dentro de um mercado específico, o acesso a um barraco ou a um pedaço de chão para construir um. (8)

É dentro desta perspectiva que se pode entender a existência das favelas. Elas são "toleradas" pelo sistema, na medida em que este não "consegue" ou não "pode" garantir a possibilidade de compra ou aluguel de uma casa num loteamento "oficial" para as parcelas mais exploradas da classe trabalhadora. A favela, como opção de moradia, contribui para o rebaixamento dos níveis salariais, aumentando as possibilidades de extração de mais valia e portanto contribui, também, para agudizar os conflitos entre as classes sociais.

Existe uma outra expressiva parcela da população trabalhadora que não se tornou "ainda" favelada, ou porque consegue, apesar de seus parcos rendimentos, pagar a renda da terra, ou por falta de opção, por não ter acesso ao "esqueleto" deste outro mercado imobiliário, que funciona geralmente na base da "indicação pessoal". Vai habitar, então, as áreas mais periféricas em pequenas casas de alvenaria ou de madeira, que, muitas vezes, pelas suas características em nada difere dos barracos de favela. Não está contestando porém a propriedade privada do solo, como já foi dito. Inquilino ou proprietário, existe o título de propriedade do terreno, o que lhe confere um "status" qualitativamente superior ao do favelado.

A crise da habitação atinge, assim, os mais amplos setores da sociedade: o favelado, que só pode pagar o preço de um barraco em área invadida, o "marginalizado", que não consegue mais se engajar no processo produtivo – viverá dos "restos de uma sociedade perdulária" –, e todos aqueles que, mesmo participando do "mercado imobiliário formal", vêem, cada vez mais, aumentar a parcela de seus salários destinada a pagar pela moradia o que agrava o processo de pauperização em curso:

(8) "A terra urbana constitui-se num investimento para o capital imobiliário, principalmente em períodos de crise no setor industrial e de altas taxas de inflação que "desvalorizam" o capital empregado em outros setores e "supervalorizam" o preço da terra. Em contrapartida, a depreciação do valor real dos salários recebidos pela população trabalhadora a impede de pagar o preço da terra urbana. Mesmo os terrenos ainda não muito valorizados são inacessíveis para a população que encontra como alternativa de abrigo à ocupação, construção ou compra de um barraco". Rodrigues, A.M. – op. cit., p. 170.

"A crise da habitação... não reside no fato universal de a classe operária estar mal alojada e viver em moradias superlotadas e insalubres (...). Para pôr fim à crise da habitação não há senão um recurso: eliminar pura e simplesmente a exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. O que se entende hoje por crise de alojamento é o brusco afluxo das populações rurais às grandes cidades, é um enorme aumento dos aluguéis... e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alójara... ela não está limitada à classe operária, mas atinge igualmente a pequena burguesia". (Engels, F - op. cit. pg 1).

Estas palavras escritas em 1872 para a Alemanha em processo de Revolução Industrial não poderiam ser mais atuais quando empregadas para a realidade brasileira. Ajudam a entender que os problemas relativos às condições de vida fazem parte de gênese da cidade capitalista.

A mobilidade espacial na cidade também é muito grande, o que reforça a instabilidade social e econômica. Assim, os deslocamentos ocorrem do campo para a cidade e dentro desta para áreas cada vez mais periféricas, menos valorizadas e de difícil acesso. A casa torna-se apenas o local para o repouso e a reprodução. Cada vez mais o trabalhador gasta mais tempo fora dela e do seio familiar: são mais horas de trabalho, são mais horas em conduções superlotadas...

É assim que a cidade vai se agigantando; a sua população não pára de crescer, como também o espaço que ocupa. Pode ter diminuído o ritmo de crescimento vegetativo e migratório, mas ainda assim o fluxo de novos migrantes é intenso e contínuo. Afinal, os problemas que levam a população a migrar não foram resolvidos, ao contrário, agravam-se. Se o ritmo diminuiu é porque outras áreas também passaram a receber contingentes migratórios. Por sua vez, o crescimento vegetativo, embora demonstre tendência decrescente, tem ainda o seu papel no adensamento populacional.

E, assim, a área metropolitana vai se expandindo espacialmente. Espaços vazios ainda há em profusão. Até os limites físicos da Grande São Paulo, milhares de novos loteamentos poderão surgir; todos os dias novas áreas são incorporadas no processo de expansão dos loteamentos. Para além de Itaquera e Carapicuíba inúmeras "Cohabs" podem surgir e surgirão com certeza na atual conjuntura.

Apesar de todas estas áreas vazias, há um déficit habitacional para a população. Não é consequência do número de habitantes. Suas causas são estruturais, de nada adianta reduzir o ritmo de crescimento demográfico. Enquanto não houver mudanças estruturais profundas sempre haverá um déficit de habitação, sempre haverá uma população excedente no mercado de trabalho e de consumo, já que o aumento da população pobre não se dá apenas pelo crescimento vegetativo e migratório, porque se assim o fosse, os programas de planejamento familiar e de contenção da migração resolveriam a questão. É a pauperização da classe trabalhadora que contribui enormemente para o aumento da chamada "população de baixa renda".

A crise da habitação é uma das manifestações desse processo. Ela não tem solução dentro do capitalismo, porque é inerente ao seu desenvolvimento. Por mais que se dinamize a construção de casas populares, sempre haverá uma parcela da população, criada pela própria dinâmica do capital, que não conseguirá se alójara ou que se alójara precariamente.

O que pode mudar é o tamanho dessa população em função do ritmo de acumulação de capital. De qualquer forma, sempre haverá uma parcela da população especialmente segregada. Este é um dos aspectos de segregação social e que contribui para agudizar os conflitos entre as diferentes classes sociais.

Dentro deste contexto, só resta, para parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, os loteamentos mais distantes, e isto enquanto puder continuar pagando a renda do solo urbano. As formas espaciais vão se delineando de acordo com o desenrolar deste processo. Elas exprimem a formação econômico-social.

O antagonismo entre as diferentes classes sociais marca o espaço.

A cidade vai adquirindo um arranjo específico de acordo com a evolução destas contradições. A sua forma é definida de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Porém não é só. A cidade tem uma forma, um arranjo anteriormente produzido. A organização atual é feita sobre uma base pré-existente.<sup>(9)</sup> As heranças do passado tem, portanto, influência na reprodução atual do espaço.

As formas espaciais vão se delineando conforme evoluem as contradições de classe e como politicamente isto é resolvido, quer dizer, dependendo do grau de organização e da força política de cada classe participante do processo.

Pode-se falar, portanto, de reprodução do espaço. Nele são reproduzidas as relações sociais, os conflitos, as contradições, as alianças, os acordos, as concessões feitas pelas diferentes classes.

Dependendo do momento histórico, de uma determinada conjuntura, os interesses específicos de uma determinada classe social são levados em conta, imprimindo uma direção na evolução do espaço.

Os tipos de investimentos realizados podem tornar mais evidentes ou camuflar os conflitos inter-classes. Podem contrariar ou confirmar os interesses dos moradores ou usuários daquele espaço.

De qualquer forma, todo e qualquer investimento que se faça conduz a uma revalorização do espaço. Pode a princípio representar um ônus, um dispêndio aparentemente "sem retorno", porém geralmente, isto não acontece. Qualquer gasto público ou privado, quer com a reprodução da força de trabalho, quer com a criação de infraestrutura para facilitar a circulação de capitais, tem por objetivo favorecer a reprodução do capital, desde que respondam, evidentemente, a uma necessidade real para o avanço das forças produtivas.

Evidentemente não se trata do desenvolvimento de um processo linear, ele é contraditório, já que a forma como se dá a reprodução e a apropriação do espaço no capitalismo contribui para aguçar as contradições entre as classes sociais.

Num primeiro momento, para as classes trabalhadoras, as transformações, revelando-se em melhoramentos, benfeitorias proporcionadoras de melhores condições de vida, são aceitas com euforia. Sempre há os que permanecem reticentes, preocupados face a expectativa de aumento nos impostos e taxas a serem pagos.

São poucos os que, nos bairros mais periféricos, podem arcar com os custos de tais "melhoramentos". Implicam numa maior valorização do solo, acima das possibilidades econômicas de boa parte dos moradores das áreas "beneficiadas".

Ao mesmo tempo o capital tem necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho e para isso precisa investir em infraestrutura urbana, também precisa investir em obras que assegurem a eficiência na circulação de capitais, levando parcelas consideráveis da força de trabalho a deslocar-se para áreas menos valorizadas, ainda não altamente atingidas pelas inversões. Nestas áreas serão piores as condições para a reprodução da força de trabalho: mais distante do mercado de trabalho, maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços necessários. A falta destas condições essenciais para a eficiência da força de trabalho, fará com que seja comprometida a produtividade individual do trabalhador.

Ao lado de uma indústria altamente tecnificada – graças às facilidades de penetração de capitais, tecnologia e indústrias estrangeiras, portanto de acordo com um processo de desenvolvimento capitalista dependente, onde os monopólios têm toda as vantagens – temos uma grande concentração de força de trabalho, excessiva, face às necessidades do mercado de trabalho. Em síntese, têm-se uma indústria que utiliza uma tecnologia poupadora de mão de obra e uma oferta

---

<sup>(9)</sup> Com exceção das chamadas "cidades artificiais" que são totalmente planejadas anteriormente a sua construção.

abundante de força de trabalho. A conjugação desses dois fatores amplia o tamanho do Exército Industrial de Reserva, contribuindo para rebaixar os níveis salariais.

Com a diminuição da parte referente a salários no custo de reprodução da classe trabalhadora, as suas condições de sobrevivência tornam-se cada vez mais precárias, tendo que aumentar a produção doméstica de valores de uso.

É assim que as formas de reprodução da força de trabalho acabam entrando na órbita da acumulação de capital. Os meios que os trabalhadores encontram para sobreviver, os artifícios que a sua criatividade põe em ação para conseguir a manutenção com salários tão escassos, são aproveitados pelo capital, auxiliando na elevação dos níveis de acumulação. As formas como constrói a casa, o mutirão ou a auto-construção, por exemplo, significam sobretrabalho, contribuindo para a superexploração.

É claro que tudo isso tem as suas implicações espaciais. Como já foi lembrado, são necessários investimentos para a reprodução da força de trabalho, que são consideradas improdutivos pelo capital. Até que ponto realmente o são? Quanto mais baixo o custo de reprodução dos trabalhadores menos investimentos ou serviços serão utilizados ou serão considerados necessários. No entanto – e aí é que se localiza uma das contradições – existe um mínimo que é necessário fazer, existe um mínimo em que se precisa investir.

Qual é este mínimo?

Quem decide o que é prioritário?

Habitação, educação, saúde, água, luz, esgoto, transportes?

O que deve ser realizado é primeiramente decidido pelo poder público de acordo com determinada conjuntura e estrutura. Quer dizer, são as necessidades econômicas e políticas de um determinado momento que darão primazia aos investimentos.

Qualquer investimento realizado implica numa maior valorização do espaço, em geral muito acima daquilo que a parcela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas, as quais, mais cedo ou mais tarde, também serão alcançadas pelas inversões capitalistas e daí, nova expulsão... assim a cidade vai sempre expandindo, incorporando novas áreas e sempre segregando os seus moradores de acordo com a estratificação social.

Porém, dependendo do nível de organização da população e daí de seu poder de pressão, poder-se-á mudar as prioridades e realizar investimentos naquilo que a população exige. Tornam-se cada vez mais freqüentes os movimentos – como os que geraram as invasões de áreas – para se conseguir o direito a um pedaço de chão para morar. Como isto será resolvido dependerá da evolução das forças produtivas, do nível de organização dos trabalhadores e conseqüentemente da correlação de forças daí decorrentes. A organização do espaço que prevalecerá será fruto do desenrolar deste processo contraditório.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, N. e ROLNIK, R. (1979) Periferias – Ocupação do espaço e reprodução da força de Trabalho. *Cadernos de Estudo e Pesquisa*. FAU-USP.
- ENGELS, F. (1979) – *A questão da habitação*. SP. Aldeia global.
- GOLDENSTEIN, LÉA E ROSSINI, ROSA E. (1971) – O bairro industrial do Jaguaré, SP. *Boletim Paulista de Geografia*, 47:30-72
- GOLDENSTEIN, LÉA E SEABRA, MANOEL F.G. (1982) – Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia – FFLCH-USP*, 1:21-47
- HARVEY, D. (1973) – *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid, Siglo XXI

- KAUSTSKY, KARL** (1968) – **A questão agrária**. RJ, Ed. Laemmert.
- KOWARICK, LÚCIO** (1975) – **O capitalismo e a marginalidade na América Latina**. RJ, Paz e Terra.  
(1974) – Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina – uma contribuição teórica, *Estudos Cebrap*, 8:77-96
- LEFEBVRE, HENRI** (1969) – **O direito à cidade**. SP, Ed. Documentos.  
(1970) – *La revolución urbana*. Madrid, Alianza Editorial.
- LENIN, VLADIMIR** (1974a) – **O imperialismo estágio supremo do capitalismo**. Coimbra, Centelha.  
(1974b) – **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Barcelona, Editorial Ariel.
- LIPIETZ, ALAIN** (1974) – **Le tribut foncière urbain**. Paris, François Maspero  
(1977) – **Le capital et son espace**. Paris, François Maspero.  
(1982) – Alguns problemas da produção monopolística do espaço urbano. *Espaço & Debates*, 7:5-27.
- LOJKINE, JEAN** (1979a) – **O papel do estado na urbanização capitalista. Marxismo e Urbanismo Capitalista**. Testos críticos. SP, Livraria Ed. Ciências Humanas.  
(1979b) – Existe uma renda duvidosa urbana? **Marxismo e urbanismo capitalista**, textos críticos. SP, Livraria Ed. Ciências Humanas.
- MACEDO, CARMEN C.** (1979) – **A reprodução da desigualdade**. SP, Hucitec.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA** (1973a) – **Imigração e crise no Brasil agrário**. SP, Ed. Pioneira.  
(1973b) – **Conde Matarazzo – o empresário e a empresa**. SP, Hucitec.  
(1975) – **Capitalismo e tradicionalismo**. SP, Ed. Pioneira  
(1980) – **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. SP, Hucitec.
- MARX, KARL** (1973) – **El capital – Crítica de la Economía Política**. México, Fondo de Cultura Económica.  
(1970) – **Contribución a la crítica de la Economía Política**. Madrid, Alberto Corazon.
- OLIVEIRA, ARIIVALDO U.** (1978) – **A lógica da especulação imobiliária**. *Boletim Paulista de Geografia*, 55:75-90
- OLIVEIRA, FRANCISCO** (1972) – **A economia brasileira – crítica à razão dualista**. *Estudos Cebrap*, 2:3-82
- OLIVEIRA, FRANCISCO** (1977) – **A economia da dependência imperfeita**. RJ, Graal.
- PINTO, ALVARO VIEIRA** (1969) – **Ciência e existência**. RJ, Paz e Terra.
- RODRIGUES, ARLETE MOYSÉS** (1981) – **Processo migratório e situação de trabalho da população favelada**. Depto de Geografia. FFLCH-USP, dissertação de mestrado(mimeo)
- SINGER, PAUL I.** (1971) – **Força de trabalho e emprego no Brasil – 1920/1969**. *Cadernos Cebrap*, 3:  
(197 ) – Implicações econômicas e sociais na dinâmica populacional brasileira. *Cadernos Cebrap*, 20:5-16.  
(1977) – **A Economia Política do trabalho**. SP, Hucitec.  
(1981) – **O uso do solo urbano na economia capitalista**. *Boletim Paulista de Geografia*, 57:77-92.

**RESUMO**

Este artigo analisa as formas de crescimento dos chamados "bairros periféricos" das áreas metropolitanas, com ênfase nas condições de existência de seus moradores, para as quais a questão habitacional foi considerada de fundamental importância. Procura deixar evidente como sobrevivem parcelas da população da área metropolitana e como participam do processo de urbanização enquanto força-de-trabalho necessária e excedente para o desenvolvimento da economia. É uma análise do "modo de viver" da população moradora em bairros populares de Osasco, Município da Grande São Paulo.

**ABSTRACT**

This paper analyses the growth way of the so called "suburban quarters" of metropolitan areas emphasising the standing of life of their inhabitants, by which the lodging question was considered of fundamental importance. It tries to make clear how their inhabitants survive and participate in the urbanization process as a necessary and excedent labour force for the economic development. It is an analysis of the inhabitants "way of life" in some popular quarters of Great São Paulo, in the Municipality of Osasco.

**RÉSUMÉ**

Cet article analyse les formes de croissance des "quartiers de la banlieu" des aires métropolitaines, avec emphase dans les conditions d'existence de leurs habitants, pour lesquelles la question du logement fut considérée de fondamentale importance. Il cherche de mettre en évidence comment ses habitants survivent et participent au processus d'urbanization, en tant que force de travail nécessaire et excédent pour le développement de l'économie. Il est une analyse du "manière de vivre" de la population qui habite des quartiers populaires au Municipipe d'Osasco dans la Grande São Paulo.